

FNDE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

CARGO 1:

ESPECIALISTA EM FINANCIAMENTO E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS

CONCURSO PÚBLICO

PROVAS

OBJETIVAS e DISCURSIVA

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas e na sua Folha de Texto Definitivo da prova discursiva. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

É impossível para um homem aprender aquilo que ele acha que já sabe.

O descumprimento dessa instrução poderá implicar a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da Folha de Respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a Folha de Texto Definitivo.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e a sua Folha de Texto Definitivo e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na Folha de Respostas ou na Folha de Texto Definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

- 1 Se cumprido integralmente, o novo PNE pode universalizar a educação básica para crianças e jovens de quatro a dezessete anos de idade e alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade (mais 17 milhões de jovens e adultos). Essa hipótese otimista promete impulsionar o país rumo a outro patamar de desenvolvimento. A alternativa pessimista... Bem, essa é velha conhecida. Se o plano não sair do papel, vai se somar aos inúmeros projetos que enfeitam prateleiras com sonhos nunca concretizados.
- 10 Não é a primeira vez que o governo federal tenta formular um guia para as políticas públicas em educação. A primeira bússola sugerida foi a versão anterior do PNE, referente ao período 2001-2010, que apresentava 295 metas e um diagnóstico complexo do setor. Não deu certo por várias razões. A quantidade de objetivos diluiu as demandas e tirou o foco do essencial. Segundo, muitas das metas não eram mensuráveis, o que dificultou seu acompanhamento. Não havia regras com punições para quem não cumprisse as determinações. Finalmente — e, talvez, o mais importante —, um dos artigos do plano foi vetado pela Presidência. Era a proposta de aumentar de 4% para 7% a parcela do PIB investida em educação. Sem dizer de onde viria o dinheiro, o PNE de 2001 virou letra morta antes de nascer.
- 25 A nova edição parece ter ganho com os erros do passado. Centrado nas demandas da Conferência Nacional de Educação, o Ministério da Educação (MEC) preparou um plano que começa a ser debatido no Congresso, aguardando a aprovação dos parlamentares. Sucinto, o documento tem vinte metas, podendo a grande maioria ser quantificada por estatísticas. Além das citadas no início do texto, outras seis dizem respeito à educação infantil e ao ensino fundamental: universalizar o atendimento aos estudantes com deficiência, oferecer ensino em tempo integral em 50% da rede pública, atingir, pelo menos, média 6 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), nas séries iniciais, e 5,5, nas finais, oferecer 25% das matrículas da educação de jovens e adultos integradas à educação profissional nas séries finais, atender 50% das crianças de até três anos de idade e erradicar o analfabetismo — as duas últimas, reedições do PNE de 2001, o que dá uma medida do fracasso de sua consecução.
- Internet: <<http://revistaescola.abril.com.br>> (com adaptações).
- Com base no texto antecedente, julgue os itens que se seguem.
- 1 A inserção da preposição **com** logo após a forma verbal “cumprisse” (ℓ.18) manteria a correção gramatical do período.
 - 2 A oração “Se cumprido integralmente” (ℓ.1) introduz uma condição para que seja possível, com o PNE, a universalização da educação básica.
 - 3 De acordo com o texto, o quadro de avanço das atuais políticas educacionais brasileiras independe da aprovação do PNE.
 - 4 O referente do sujeito da oração “que apresentava 295 metas e um diagnóstico complexo do setor” (ℓ.13-14) é “a versão anterior do PNE” (ℓ.12).
 - 5 Os dois pontos empregados à linha 31 introduzem uma enumeração de seis metas para o PNE 2011-2020, já citadas na última versão do plano e, por consequência da reedição, não alcançadas.
 - 6 A palavra “bússola” (ℓ.12), empregada em sentido conotativo, retoma a ideia expressa por “um guia” (ℓ.11).
 - 7 As metas decorrentes de necessidades da população surgidas na última década, tais como o atendimento escolar de crianças de três anos de idade e a erradicação do analfabetismo, foram plenamente atingidas durante o período de vigência do PNE editado em 2001.
 - 8 Ao afirmar que a antiga versão do PNE “virou letra morta antes de nascer” (ℓ.23), o autor do texto enfatiza o fato de o aumento do investimento em educação não ter sido aprovado pelos parlamentares.
 - 9 Seriam preservados o sentido original do texto e sua correção gramatical caso o termo “Segundo” (ℓ.16) fosse substituído, mantendo-se a vírgula que o isola, por **Por conseguinte**.

1 Hoje, União, estados e municípios aplicam juntos
cerca de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação.
Pelo texto aprovado na Câmara, os investimentos no setor
4 devem chegar a 7%, no prazo de cinco anos, e a 10%, até o
final da vigência do Plano Nacional de Educação (PNE), que
é de dez anos. A proposta agora segue para o Senado.

7 O ministro da Educação já se manifestou dizendo que
o novo investimento será “uma tarefa política difícil de ser
executada”. Por meio de nota, o ministro afirmou que a medida
10 implicaria dobrar os recursos para a educação nos orçamentos
das prefeituras, dos governos estaduais e do governo federal.
“Equivale a colocar um Ministério da Educação dentro do
13 Ministério da Educação, ou seja, tirar R\$ 85 bilhões de outros
ministérios para a educação”, disse.

O ponto de maior divergência no projeto era o
16 percentual de investimento no setor. Deputados da oposição,
além de entidades da sociedade civil, pediam 10%, enquanto
parte da base aliada do governo defendia uma cifra menor.

19 A primeira versão do PNE previa investimento de 7%
do PIB. Depois, o índice foi revisto para 7,5% e, na última
sessão, em 13 de junho, o relator da matéria sugeriu a aplicação
22 de 8%. Um acordo feito entre governo e oposição elevou a
meta. No PNE, contudo, não é prevista sanção no caso de
descumprimento dessa meta.

25 Outros destaques também foram aprovados, como a
antecipação da meta de equiparação do salário dos professores
ao rendimento dos profissionais de escolaridade equivalente.

28 O PNE estava em tramitação na Câmara desde 2010.
Ele estabelece vinte metas educacionais, que passam por todos
os níveis de ensino, da creche à pós-graduação, incluindo-se
31 objetivos como a erradicação do analfabetismo e a oferta do
ensino em tempo integral em, pelo menos, 50% das escolas
públicas.

Internet: <<http://veja.abril.com.br>> (com adaptações).

A respeito das ideias e dos aspectos linguísticos do texto, julgue os
itens de 10 a 17.

10 O referente do sujeito da oração expressa pela forma verbal
“disse” (ℓ.14) é “O ministro” (ℓ.7), termo que poderia ser
inserido após a referida forma verbal para tornar explícito o
sujeito da oração.

11 No último período do segundo parágrafo, a afirmação do
ministro da Educação refere-se à duplicação, decorrente da
aprovação do PNE, dos investimentos em educação.

12 Imediatamente após o trecho “aplicação de 8%” (ℓ.21-22), está
subtendida a expressão **dos recursos do Ministério da
Educação**.

13 Infere-se do texto que o PNE ainda tramita no Congresso
Nacional, não tendo sido, portanto, convertido em lei.

14 A expressão “pelo menos” (ℓ.32) poderia ser corretamente
substituída por **no mínimo**, sem prejuízo do sentido original do
período.

15 Nas linhas 31 e 32, o trecho “do analfabetismo e a oferta do
ensino” complementa o sentido de “erradicação”.

16 De acordo com o texto, são assegurados ao governo
mecanismos de punição dos entes federados que, em dez anos,
não cumprirem a meta de investimento de 10% do PIB em
educação.

17 Depreende-se da leitura do texto que o aumento dos salários
dos professores está previsto em outro projeto aprovado pela
Câmara.

Considerando as características gerais da comunicação oficial,
julgue os itens que se seguem, com base no Manual de Redação da
Presidência da República.

18 O caráter de urgência de determinados expedientes exige o
remetente do cumprimento de certas exigências, como a
revisão do texto da correspondência, para o adequado
andamento dos processos.

19 Em comunicações oficiais dirigidas a um ministro de Estado e
a um assessor de órgão vinculado a ministério, as formas de
tratamento adequadas a esses cargos seriam, respectivamente,
Vossa Excelência e Vossa Senhoria; o emprego do vocativo
Senhor seguido do cargo respectivo seria adequado em ambos
os casos.

20 O emprego do pronome “vós” designa respeito pela autoridade
a quem se destina a mensagem, por isso o seu emprego é
obrigatório nas correspondências oficiais dirigidas a pessoas
que ocupam cargos hierarquicamente superiores ao de seu
emitente.

21 Uma característica comum ao aviso e à exposição de motivos
é o fato de ambos serem remetidos por ministros de Estado.

22 Os expedientes oficiais destinados a órgãos públicos dizem
respeito a assuntos restritos a essa esfera, sendo, portanto,
suficiente que sua inteligibilidade fique circunscrita às pessoas
inseridas nesse meio.

RASCUNHO

Nos itens a seguir, são apresentados trechos adaptados de correspondências oficiais. Julgue-os quanto à correção gramatical e à adequação da linguagem à redação oficial.

23 Encaminhamos, para apreciação, o edital do Concurso Nacional de Projetos Educacionais, a ser divulgado no primeiro dia útil do mês de dezembro.

(...)

24 (...)

Senhor Presidente da República,

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, receberemos na próxima semana a visita de cinco especialistas na área de educação, provenientes de diferentes regiões brasileiras, para compor a mesa diretora do evento sobre Educação de Jovens e Adultos, e gostaríamos de informar que, na solenidade de abertura, eles já estarão presentes para prestigiar o discurso de Vossa Excelência, que deverá ter início às 14 h, pontualmente, no auditório principal desta Casa.

(...)

25 Senhor Diretor,

Seguem anexos, conforme solicitação, os relatórios das atividades desenvolvidas, no último mês, nesta seção.

Respeitosamente,

Joana Faria

Secretária do Departamento de Recursos Humanos

Desde que haja transformação na linha pedagógica e no processo de ensino, e que seja utilizada não apenas como forma unilateral de se transmitir conhecimento, mas de formar cidadãos, a educação é o remédio contra a escalada da violência e da criminalidade.

Tendo como referência o texto acima, que constitui a proposição designada por P, julgue os itens seguintes.

26 Admitindo-se que a proposição P seja verdadeira, é correto concluir que a proposição “A educação é o remédio contra a escalada da violência e da criminalidade” também será verdadeira.

27 A negação da proposição “Há transformação na linha pedagógica e no processo de ensino” pode ser corretamente expressa por “Não há transformação na linha pedagógica ou no processo de ensino”.

28 A proposição P é logicamente equivalente a “Se houvesse transformação na linha pedagógica e no processo de ensino, e se fosse utilizada não apenas como forma unilateral de se transmitir conhecimento, mas de formar cidadãos, então a educação seria o remédio contra a escalada da violência e da criminalidade”.

Os organizadores de uma confraternização não tinham a certeza de quantas pessoas estariam presentes, mas gostariam de repartir o bolo, antecipadamente, em fatias, de forma que, independentemente da quantidade de presentes, todos recebessem a mesma quantidade de fatias. Considerando que x pessoas ou y pessoas estariam presentes à confraternização, julgue os próximos itens.

29 Caso os números x e y não possuam divisores em comum, para que todos os presentes recebam a mesma quantidade de fatias do bolo, o número correspondente à menor quantidade de fatias que o bolo deverá ser repartido é o mínimo múltiplo comum (mmc) de x e y .

30 Se $x = 4$ e $y = 6$, e se o bolo for repartido em 24 fatias, todos os presentes à confraternização receberão a mesma quantidade de fatias.

Julgue os itens a seguir, relativos aos sistemas operacionais Linux e Windows.

- 31 No Linux, o sistema de arquivos pode ter um formato arbitrariamente longo. Entretanto, cada componente de um nome de caminho deve ter, no máximo, 4.095 caracteres.
- 32 Os sistemas operacionais Linux podem ser inicializados tanto no modo automático como no modo manual. No modo automático, o sistema executa o procedimento de inicialização completo por sua conta, sem qualquer comando externo. No modo manual, o sistema segue o procedimento automático até determinado ponto, a partir do qual, antes de a maioria dos *scripts* de inicialização ter sido executada, passa o controle ao operador da máquina.
- 33 No Windows 7, o Windows Update é um utilitário que examina o computador, confere com o banco de dados *online* do Microsoft Update e recomenda ou instala quaisquer atualizações que estiverem disponíveis para o Windows, para os programas do Windows ou para seu *hardware*.

Com relação aos aplicativos Microsoft Office e BrOffice.org, julgue os itens que se seguem.

- 34 Em uma planilha que esteja sendo editada no aplicativo Calc do BrOffice.org, a partir de uma faixa de células previamente selecionadas, o usuário pode criar um gráfico referente aos dados dessa faixa de células por meio do seguinte procedimento sucessivo: na barra de ferramentas padrão, clicar a opção Inserir Gráfico; clicar na planilha; clicar a opção Criar.
- 35 No aplicativo Word 2010, a ferramenta Pincel de Formatação — disponível na guia Página Inicial —, que possibilita a rápida cópia de estilos entre partes de um texto em um mesmo documento, não proporciona essa funcionalidade de cópia de estilos entre documentos diferentes.

A respeito de conceitos de redes de computadores, julgue os itens subsequentes.

- 36 Um usuário que esteja conectado à Internet e pretenda criar um grupo de discussões no Google poderá concretizar essa pretensão mediante a execução sucessiva dos seguintes procedimentos: acessar a página inicial de Grupos do Google; fazer *login* na sua conta do Google; inserir o nome de grupo desejado, o seu endereço de *email* e a lista de membros para iniciar o processo de criação do grupo; adicionar os membros ao grupo.
- 37 Um parâmetro utilizado para aferir o desempenho das redes é a largura em banda, que pode ser empregada em dois contextos diferentes, tendo duas maneiras de medição: largura de banda em hertz e largura de banda em *bits* por segundo.

Julgue os itens subsecutivos, referentes a conceitos de segurança da informação.

- 38 Como forma de garantir a disponibilidade de informação mantida em meios eletrônicos, deve-se fazer o *backup* de arquivos dos dados originais. Normalmente, sempre que o procedimento de *backup* é executado, o sistema operacional do equipamento faz uma cópia da totalidade dos dados em meio de armazenamento distinto do utilizado para guarda dos dados originais.
- 39 Embora sejam considerados programas *espíões*, os *spywares* também são desenvolvidos por empresas com o objetivo de coletar legalmente informações acessíveis de usuários.
- 40 Para proteger um computador contra os efeitos de um *worm*, pode-se utilizar, como recurso, um *firewall* pessoal.

Desde a alvorada da era industrial, há um medo recorrente de que a inovação tecnológica possa gerar desemprego em massa. Duzentos anos de inovações de tirar o fôlego desde o início da era industrial produziram melhoria crescente na qualidade de vida na maior parte do mundo, sem uma tendência aguda de aumento de desemprego. Sim, muitos problemas ocorreram, notadamente crises de desigualdade impressionante e guerras terríveis. Na média, entretanto, em grande parte do mundo, as pessoas vivem mais, com menos horas de trabalho e levam geralmente vida mais sadia.

Kenneth Rogoff. Os dois lados da inovação tecnológica.
In: O Globo. 3/10/2012, p. 24 (com adaptações).

Considerando o texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem, acerca do atual cenário da economia mundial.

- 41 Infere-se a partir do texto que, em cerca de dois séculos de existência, a era industrial não foi capaz de aliar a crescente produção da riqueza com a elevação dos padrões materiais das sociedades.
- 42 Amparadas no domínio do conhecimento, as incessantes inovações tecnológicas estão na base do atual estágio da economia mundial, a globalização.
- 43 Entre as principais características da ordem econômica contemporânea estão o aumento da capacidade de produção, a ampliação dos mercados e a acirrada competição.
- 44 Confirmando a tese defendida pelo texto, a atual crise que atinge certos países integrantes da União Europeia coloca em risco a solidez do euro, mas preserva os postos de trabalho.
- 45 No que concerne à política, no mundo contemporâneo, taxas reduzidas ou elevadas de desemprego quase nenhuma influência exercem nos processos eleitorais, como se pode perceber nas eleições para a presidência norte-americana em 2012.

A receita para formar bons profissionais é investir em educação desde os primeiros anos de vida, melhorar a qualificação dos professores e apostar no uso de recursos digitais. Os investimentos na primeira infância ocasionam benefícios econômicos e sociais no longo prazo. Nesse sentido, as pesquisas mostram resultados importantes, sobretudo se o foco de ação forem crianças mais pobres, que vivem na periferia do sistema educacional. O mundo mudou: surgiram outras demandas na sociedade contemporânea, novas vontades e diferentes questões a serem enfrentadas. Desse modo, os elementos sociais (política, economia, meio ambiente etc.) devem ser repensados e reestruturados e a educação também deve participar dessa transição.

Correio Brasileiro. Suplemento especial Pensar Brasília. 23/9/2012, capa, p. 5 e 10 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens seguintes, relativos a aspectos marcantes da educação contemporânea no Brasil e no mundo.

- 46 Ao afirmar que o mundo mudou, o texto defende que, assim como outros aspectos que sustentam a vida nas sociedades, a educação também precisa se modificar, adaptando-se às novas exigências do tempo presente.
 - 47 Dados oficiais recentes indicam que o Brasil erradicou o analfabetismo infantil e que o percentual de jovens entre quinze e dezessete anos de idade matriculados no ensino médio tem crescido exponencialmente a cada ano.
 - 48 No mundo contemporâneo, a educação é considerada como o meio de realização do potencial humano, proporcionando a inclusão social efetiva e o fortalecimento da democracia.
 - 49 Na atual fase de desenvolvimento econômico do Brasil, não é rara a queixa de empresários de diversos setores quanto à escassez de trabalhadores qualificados, o que indica um aspecto de fragilidade do sistema educacional.
 - 50 O texto sugere que investimentos na primeira infância proporcionam resultados positivos para a sociedade. Assim, por exemplo, oferecer apoio educacional de qualidade a crianças em situação de vulnerabilidade social pode, com o passar dos anos, reduzir problemas sociais, como crimes variados, gravidez precoce, desemprego e uso de drogas.
-

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em relação ao Estado e ao governo, bem como à administração pública, julgue os itens a seguir.

- 51 O Brasil é constituído por entidades políticas autônomas — União, estados, Distrito Federal e municípios —, entre as quais há relação de hierarquia.
- 52 No direito administrativo, ramo do direito público, algumas relações entre a administração pública e os particulares são regidas por normas do direito privado, tal como a locação de imóvel pela administração pública.
- 53 No sistema presidencialista, predomina uma maior dependência entre os Poderes Legislativo e Executivo, podendo o presidente da República ser destituído pelo parlamento.
- 54 A República é forma de governo caracterizada pela eletividade de seus governantes, pelo mandato temporário e pelo dever de prestação de contas do chefe do Poder Executivo.

Relativamente ao ato administrativo, julgue os itens que se seguem.

- 55 O ato complexo sujeita-se à manifestação de um só órgão, mas apenas produz efeitos se outro órgão, em ato próprio, o aprovar, anteriormente ou posteriormente à sua prática.
- 56 Os Poderes Judiciário e Legislativo podem editar atos administrativos em sentido estrito, típicos da atividade administrativa, quando praticam atos referentes às suas atividades de gestão interna, como, por exemplo, a realização de licitações ou concursos públicos.
- 57 Na delegação e avocação do ato administrativo, transfere-se a titularidade da competência.
- 58 A autoexecutoriedade representa a possibilidade de os efeitos dos atos administrativos serem implementados diretamente pela administração pública, em face do administrado, sem a necessidade de autorização judicial prévia.

Acerca dos agentes administrativos e do processo administrativo, julgue os próximos itens.

- 59 Consideram-se empregados públicos as pessoas que, sem perder a qualidade de particular, exercem função pública, ainda que em caráter temporário e sem remuneração, como, por exemplo, os jurados do tribunal do júri e os mesários em dia de eleição.
- 60 A vedação constitucional de acumulação remunerada de cargos públicos estende-se a empregos e funções do quadro de pessoal das sociedades de economia mista.
- 61 A responsabilidade administrativa imputada a servidor público, após regular processo administrativo disciplinar, implica sua responsabilidade criminal.
- 62 A exigência de concurso, conforme prevista na Constituição Federal (CF), aplica-se à nomeação para cargos e empregos públicos, não alcançando os cargos em comissão, que são de livre nomeação e exoneração com base em critérios subjetivos da autoridade competente.

Em relação aos poderes e princípios da administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 63 Consoante o princípio da legalidade, previsto na CF, a conduta do agente público deve estar totalmente descrita na lei.
- 64 No tocante ao exercício do poder normativo, a CF permite que os atos normativos do Poder Executivo sejam sustados pelo Congresso Nacional nos casos em que exorbitem do poder regulamentar.
- 65 O poder disciplinar da administração pública abrange a prerrogativa conferida para apurar infrações e aplicar penalidades aos particulares que celebrem contratos administrativos com a administração pública e incorram em irregularidades na execução desse contrato.

Com relação à responsabilidade civil do Estado e à improbidade administrativa, julgue os itens subsequentes.

- 66 As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na Lei n.º 8.429/1992, que trata da improbidade administrativa, são imprescritíveis, visto que os ilícitos praticados podem causar prejuízos ao erário.
- 67 A responsabilidade civil contratual, também denominada objetiva, acarreta para o Estado o dever de indenizar por danos morais e materiais provocados por seus agentes, independentemente da ocorrência de culpa ou dolo.

Com relação aos serviços públicos e à organização administrativa, julgue os itens a seguir.

- 68 A administração pública direta é composta por órgãos públicos, que se originam do fenômeno da descentralização administrativa.
- 69 De acordo com previsão constitucional, a prestação de serviços públicos, incumbência do poder público, pode ser realizada sob o regime de concessão ou permissão, obrigatória, nessas hipóteses, a realização de licitação.

Julgue o item abaixo relativo ao pregão.

- 70 O pregão só pode ser realizado para aquisições de bens e serviços comuns e independe do valor envolvido.

Julgue o item seguinte, acerca da disciplina constitucional da família.

- 71 O planejamento familiar é de livre decisão do casal e deve ser orientado pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável; por essa razão, é vedado ao Estado propiciar às famílias acesso a recursos científicos associados à prevenção da gravidez.

Julgue os itens seguintes, relativos aos direitos e deveres individuais e coletivos, aos direitos sociais, aos de nacionalidade, aos direitos políticos e aos partidos políticos.

- 72 A CF assegura a todos o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, não se incluindo entre órgãos públicos, para os fins desse dispositivo, sociedades de economia mista e empresas públicas.
- 73 De acordo com a jurisprudência mais recente do Supremo Tribunal Federal (STF), o artigo da CF em que é previsto o direito de greve dos servidores públicos é norma de eficácia limitada, cuja aplicabilidade depende da edição de lei regulamentadora.
- 74 A CF assegura aos partidos políticos autonomia para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, não havendo, portanto, obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, pois não vigora, no direito eleitoral brasileiro, a regra da verticalização das coligações eleitorais.
- 75 A Convenção sobre os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência estabelece que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral em razão de deficiência, podendo tal dispositivo, assim como as normas de tratados internacionais, de forma geral, ser alterado por lei ordinária.
- 76 Brasileiros naturalizados podem ser eleitos e exercer o cargo de senador da República.

A respeito da organização político-administrativa, do modelo federal do Estado brasileiro e da administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 77 O desmembramento de parte de um estado da Federação para a formação de um novo estado deve ser autorizado por meio de lei complementar, após a manifestação favorável, em plebiscito, da população diretamente interessada, assim entendida pelo STF como a população do território que se pretende desmembrar.
- 78 A CF admite a percepção simultânea de proventos de aposentadoria de servidor aposentado em cargo efetivo da União com a remuneração de cargo em comissão, declarado em lei como de livre nomeação e exoneração.
- 79 Não viola o princípio federativo lei da União que estabeleça regras sobre a composição da jornada de trabalho dos profissionais do magistério público da educação básica de todos os entes da Federação, limitando, por exemplo, a 2/3 o desempenho das atividades de interação com os educandos.
- 80 É competência privativa da União legislar sobre a proteção à infância e à juventude.

Com base nas normas constitucionais que regem a tributação e o orçamento, julgue os próximos itens.

- 81 De acordo com determinação constitucional, a despesa da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal com pessoal ativo e inativo não pode ultrapassar limite fixado em lei complementar, encontrando-se, entre as providências autorizadas para o controle da despesa que eventualmente extrapolar esse limite, a redução de despesas com cargos em comissão e funções de confiança e a exoneração de servidores não estáveis, vedada a exoneração daqueles que já tiverem alcançado a estabilidade.
- 82 A proibição de que as taxas tenham base de cálculo própria de impostos não impede que, no cálculo do valor de uma taxa, seja adotado um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma e outra base.
- 83 É de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo projeto de lei que, ao conceder benefícios fiscais, disponha sobre matéria tributária.
- 84 É vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios instituir impostos sobre o patrimônio das instituições de ensino.

No que se refere ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça, julgue os itens a seguir.

- 85 Considere que a turma de determinado tribunal de justiça, ao apreciar ação de sua competência, seja confrontada com pedido de declaração incidental de inconstitucionalidade e que, ao julgar o caso, a turma afaste a incidência da norma impugnada, sem, contudo, declará-la inconstitucional. Nessa situação, o referido procedimento viola a chamada cláusula de reserva de plenário.
- 86 A ação civil pública pode ser promovida pelo Ministério Público para a proteção de interesses difusos e coletivos.
- 87 Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira, por essa razão, é vedado ao Poder Executivo alterar as propostas orçamentárias encaminhadas pelos tribunais, ainda que elas estejam em desacordo com os limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias, hipótese na qual as propostas devem ser devolvidas aos órgãos que as formularam para os ajustes necessários.

Julgue os itens seguintes, relativos ao Poder Legislativo e à fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

- 88 A CF permite que as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência de uma medida provisória permaneçam por ela regidas mesmo que tal medida provisória seja rejeitada pelo Congresso Nacional em razão de ausência dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância.
- 89 A CF outorga aos membros do Poder Legislativo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios garantias de inviolabilidade e de imunidade formal.
- 90 Não constitui invasão da esfera de atribuições do Tribunal de Contas da União a fiscalização, pela Controladoria-Geral da União, no exercício de controle interno, de recursos públicos federais repassados a municípios por meio de convênio.

Considerando o orçamento como importante instrumento no planejamento das ações governamentais, julgue os itens a seguir, relativos a orçamento público.

- 91 De acordo com o princípio da não afetação das receitas, todas as parcelas da receita e da despesa devem constar do orçamento, sem qualquer tipo de dedução.
- 92 Quando usado como instrumento de planejamento governamental, os recursos são alocados no orçamento visando à consecução de objetivos e metas previamente estabelecidas.
- 93 Pelo princípio da universalidade, o Poder Legislativo está autorizado a cobrar o montante exato de tributos necessários ao atendimento estrito do volume global de despesas projetadas pelo governo.
- 94 O PPBS (*planning, programming and budgeting system*), dada a facilidade de sua implantação em órgãos públicos, foi, amplamente adotado, a partir da década de setenta do século XX, em todo o mundo.

A elaboração de proposta orçamentária no Brasil compreende a preparação de diversos instrumentos, entre os quais se destacam o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Com relação a esses instrumentos, julgue os próximos itens.

- 95 No anexo de riscos fiscais, devem ser avaliados os passivos contingentes e os outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando-se as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos sejam concretizados.
- 96 Conforme determinações constantes na CF, a LOA deve compor-se de três orçamentos: fiscal, monetário e de investimento das empresas estatais.
- 97 O PPA é o documento em que é representado o planejamento de médio prazo do governo, e a LOA, o instrumento de execução desse planejamento, sendo a conexão entre o PPA e a LOA estabelecida pela LDO.
- 98 No PPA, devem constar disposições sobre as metas e os riscos fiscais, assim como sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.

A etapa de definição clara e objetiva da receita é fundamental para a apropriada organização orçamentária, constituindo pré-requisito para o planejamento. Acerca da receita pública no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- 99 No caso da dívida ativa, aplica-se o regime de competência, ou seja, os créditos públicos devem ser registrados como receita orçamentária no exercício de sua arrecadação.
- 100 Define-se receita pública como a entrada que se integra ao patrimônio público com reservas, condições ou correspondência no passivo, acrescendo-se o seu volume como elemento novo e positivo.
- 101 Entre as receitas definidas na categoria econômica de receitas correntes incluem-se as receitas tributárias, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de contribuição e de serviços.

Julgue os itens subsequentes, relativos à despesa pública no Brasil.

- 102 Os empenhos que corram à conta de créditos com vigência plurianual e que não tenham sido liquidados só devem ser computados como restos a pagar no último ano de vigência do crédito.
- 103 Para o atendimento das despesas decorrentes de compromissos gerados em exercícios anteriores já encerrados, prescinde-se de dotações orçamentárias específicas.
- 104 A despesa pública classifica-se, quanto à categoria econômica, como despesa corrente e despesa de capital.

Com base na Lei n.º 4.320/1964 e suas alterações, julgue os itens subsecutivos.

- 105 A lei de orçamento deve conter a discriminação da receita e da despesa, de modo a evidenciar a política econômica e financeira e o programa de trabalho adotados pelo governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.
- 106 Em caso de déficit, não é necessário que sejam indicadas, na lei de orçamento, as fontes de recursos que o Poder Executivo esteja autorizado a utilizar para atender a sua cobertura.
- 107 Classificam-se como despesas de custeio as dotações para a manutenção de serviços anteriormente criados, incluindo-se as destinadas a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

Considerando a Lei Complementar n.º 101/2000, julgue os itens a seguir.

- 108 Proíbe-se aos estados e municípios a compra de títulos de dívida da União como forma de aplicação de suas disponibilidades.
- 109 A apuração da despesa total com pessoal deve ser realizada mediante o regime de caixa.
- 110 Por constituírem despesa de natureza social, os benefícios relativos à seguridade social podem ser criados sem a identificação da respectiva fonte de custeio.

Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, julgue os próximos itens.

- 111 A educação profissional restringe-se aos cursos de formação profissional e técnica de graduação e pós-graduação, os quais devem ser organizados de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.
- 112 Entre as finalidades da educação superior inclui-se o estímulo à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e do pensamento.
- 113 Apenas ao Distrito Federal é concedido o direito a uma legislação própria no que tange à organização da Educação Nacional.
- 114 O dever do Estado com a educação escolar pública é efetivado mediante a garantia do ensino fundamental, obrigatório e gratuito a todos os que estiverem em idade escolar, cabendo ao Estado garantir secundariamente o acesso ao ensino aos que não o tiveram na idade própria.
- 115 A educação especial compreende a modalidade de educação oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais.

Julgue o item abaixo, à luz do Decreto n.º 6.029/2007.

- 116 O asseguração de condições de trabalho para que as comissões de ética cumpram adequadamente suas funções e para que seus integrantes não sofram prejuízos ou danos oriundos da atividade não é de responsabilidade do Poder Executivo federal.

Considerando a lei que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), julgue os itens seguintes.

- 117 A União deve complementar os recursos dos fundos dos estados e do Distrito Federal sempre que o valor médio ponderado por aluno for inferior ao previsto legalmente.
- 118 As finalidades do FUNDEB incluem a manutenção e o desenvolvimento da educação básica pública e a valorização dos trabalhadores da educação, inclusive no que diz respeito à sua remuneração.

De acordo com o Decreto n.º 11.578/2007, julgue os itens que se seguem.

- 119 Independentemente do número de ações iniciadas ou alteradas, o termo de compromisso do Programa de Aceleração do Crescimento é único e imodificável, devendo vigor até o término desse programa.
- 120 O sistema de ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, é responsável por desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa para a oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas.

PROVA DISCURSIVA

- Na prova a seguir, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **20,00 pontos**, dos quais até **1,00 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).

Discorra sobre a prática de *bullying*, fenômeno que aflige a comunidade escolar e a sociedade em geral. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ consequências do fenômeno na formação do indivíduo; [valor: 9,50 pontos]
- ▶ ações afirmativas que podem ser implementadas para a redução dos efeitos decorrentes dessa prática ou para inibi-la. [valor: 9,50 pontos]

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	